



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

PRECARIEDADE HABITACIONAL EM UMA CIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Giselle de Lourdes Bangoim Sakatauskas (Universidade Federal do ABC) - gibangoim.gisa@gmail.com
Assistente Social Graduada e Mestre em Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC - UFABC

Flavia da Fonseca Feitosa (Universidade Federal do ABC) - flafeitosa@gmail.com
Arquiteta e Urbanista. Doutora em Geografia pela Rheinisch Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn (Alemanha). Professora do Bacharelado em Planejamento Territorial e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC



PRECARIEDADE HABITACIONAL EM UMA CIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

RESUMO: O conhecimento sobre precariedade habitacional em cidades amazônicas é ainda limitado diante da necessidade de incorporar as diversidades regionais, municipais e urbanas como insumo para a formulação de políticas públicas voltadas para a habitação na Amazônia. O presente artigo tem como objetivo caracterizar as especificidades da precariedade habitacional em uma cidade ribeirinha na Amazônia. Para estudo de caso adotou-se a cidade de Cametá localizada na região do Baixo Tocantins. A partir da análise bibliográfica, documental e da pesquisa de campo pretende-se construir um debate teórico-metodológico e a sistematização de elementos empíricos para a identificação de suas especificidades da precariedade habitacional. Os resultados dessa pesquisa podem contribuir para revelar diversidades que deem subsídios à proposição de políticas urbanas e habitacionais com enfoques menos generalizantes.

Palavras-Chave: Cidades Ribeirinhas. Precariedade Habitacional. Amazônia.

ST – 1: “Projeto, Processo, Superação de Limitações”



1 INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre precariedade habitacional em cidades amazônicas é ainda limitado diante da necessidade de formulação de políticas públicas voltadas para a habitação na Amazônia que sejam sensíveis à cultura e modo de viver de seus habitantes, bem como às demais particularidades da produção de seu espaço urbano. Sabe-se que a definição e a caracterização de assentamentos precários utilizada pelo governo federal é muito abrangente e não contempla a realidade de todos os municípios brasileiros. Por conseguinte, a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a questão habitacional na Amazônia justifica o presente estudo, cujo objetivo é identificar e caracterizar a precariedade habitacional em uma cidade ribeirinha na Amazônia¹. Os resultados apresentados são parte de uma pesquisa de doutoramento em andamento e baseiam-se em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Para caracterizar as particularidades da precariedade em cidades na Amazônia tomamos como referência o padrão de organização do espaço² rio-várzea-floresta proposto por Gonçalves (2001), onde o elemento de grande diferenciação é o rio. A seleção das regiões representativas do padrão de ocupação territorial a partir dos rios deu-se pelo fato deste padrão ser mais antigo, e está associado à natureza extrativista das atividades econômicas praticadas na Amazônia.

Para estudo de caso optou-se pela escolha de uma cidade ribeirinha no Estado do Pará, a saber: Cametá, localizada na região do Baixo Tocantins. Deste ponto de partida, será possível entender como se deu a formação das cidades ribeirinhas e suas articulações ao longo do processo de formação histórico e territorial na região. A escolha de Cametá como área de investigação se justifica porque do ponto de vista da urbanodiversidade³ na Amazônia, ela apresenta uma especificidade, que é justamente sua característica de cidade tradicional

1 O presente artigo é parte de uma pesquisa intitulada “Especificidades da precariedade habitacional na Amazônia ribeirinha: um olhar sobre a região do Baixo Tocantins”.

realizado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território

² Gonçalves (2001) identifica dois padrões de organização do espaço na região amazônica, os quais são contraditórios entre si: padrão rio-várzea-floresta e o padrão estrada-terra-firme-subsolo.

³ Termo que refere-se ao reconhecimento de diversos tipos de cidades e a existência de múltiplos tipos de urbanização, que decorrem de um único processo (TRINDADE JR., 2010).



ribeirinha que se inseriu de forma diferenciada nas políticas de ordenamento territoriais recentes (TRINDADE, JR., 2008).

Para tanto, o texto está organizado em itens que permitem elucidar o tema em foco. A seguir discorrer-se-á sobre a precariedade habitacional de Cametá. Em seguida, serão tecidas algumas considerações sobre a importância e a necessidade do conhecimento sobre a precariedade urbana e habitacional para elaboração de políticas públicas que possam dialogar com a realidade amazônica.

2 PRECARIEDADE HABITACIONAL EM UMA CIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA: UM OLHAR SOBRE CAMETÁ/PA

O Município de Cametá é o mais antigo e tradicional dos baixos rios do Tocantins, pela sua importância histórica empresta seu nome à microrregião de Cametá. Com uma história interessante, Cametá passou à categoria de Patrimônio Histórico Nacional pela Lei Federal nº 7537, de 16 de setembro de 1986. O município pertence a Mesorregião do Nordeste Paraense e a Microrregião de Cametá.

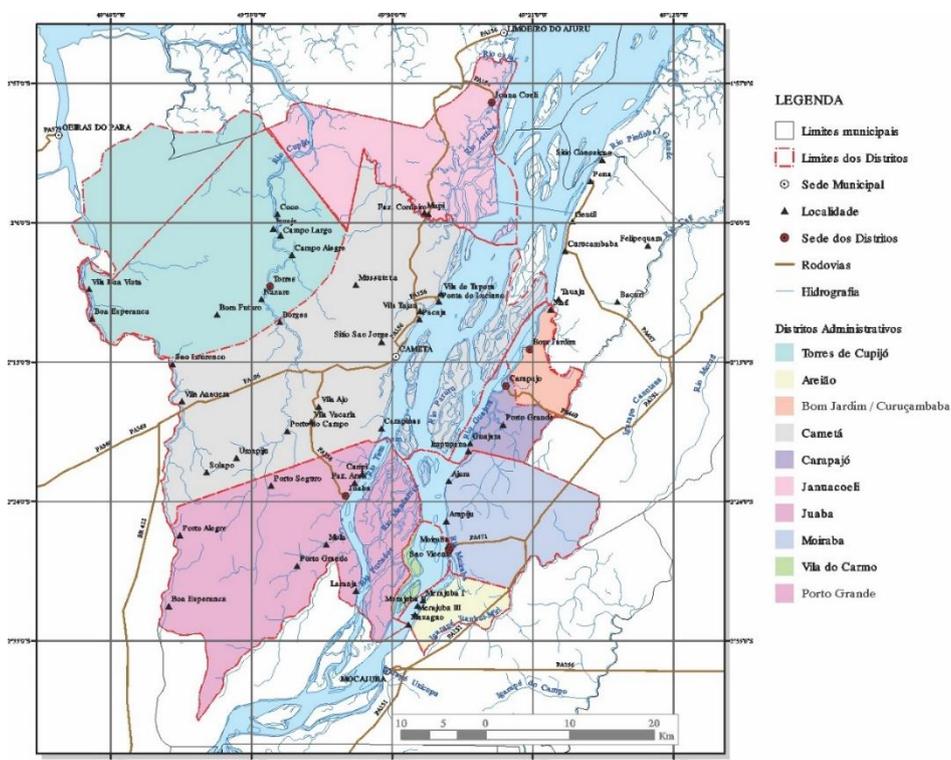
Cametá desenvolveu um padrão espacial por meio do qual os aglomerados populacionais, cidades, vilas e povoados estão situados em sua maioria à margem dos cursos fluviais e em especial, à margem do Tocantins⁴. Além da importância do rio, como elemento essencial na organização socioespacial, destaca-se em Cametá a constituição de uma reduzida presença de densidade técnica no espaço geográfico (CORDOVIL, 2009). Destaca-se também, o impacto da construção da maior hidrelétrica nacional no rio Tocantins, em Tucuruí, que constitui um marco da presença federal na região, a qual impactou fortemente os municípios da área de estudo que tiveram áreas inundadas por ocasião da formação do reservatório⁵.

⁴ O rio Tocantins é um dos elementos fundamentais para o ritmo e a organização social, pois sustenta e conduz a vidas das pessoas dessa região, cumpre um papel estruturante em todo o complexo ecológico, sendo fundamental para o funcionamento da economia e a sobrevivência da região (COSTA, 2006).

⁵ Os municípios que foram impactados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí de algum modo vêm sendo compensados pelo pagamento de *royalties* e foram reconhecidos os impactos causados pela construção da barragem nos municípios localizados a jusante do rio, na chamada região do Baixo Tocantins (CARDOSO; LIMA, 2006).



Mapa 1: Situação Municipal (Cametá)

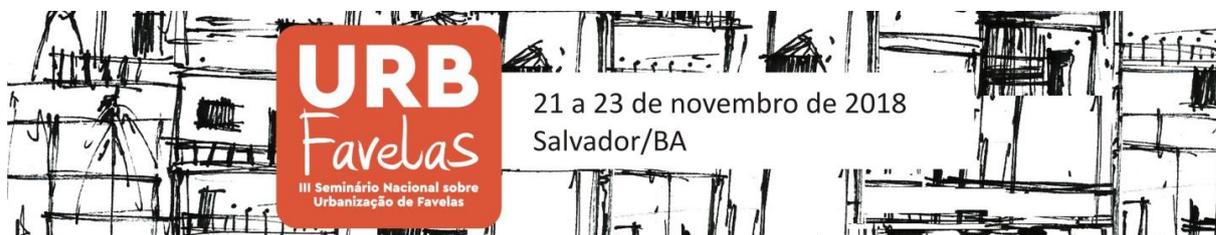


Fonte: IBGE (2010)

Estudar a cidade de Cametá traz elementos que nos dão a possibilidade da compreensão da sub-região do Baixo Tocantins e da própria Amazônia.

... nessa cidade estão inscritas dinâmicas de tempos passados, demonstrando, assim, períodos de formação do espaço amazônico que coexistem com tempos mais recentes. Cametá, como primeira cidade da sub-região do Baixo Tocantins, guarda em si a história da formação desse território. Outros fatores também alteraram a dinâmica local, principalmente a partir das políticas desenvolvimentistas que se iniciaram nos anos 1960. Mesmo com as rodovias, a exemplo da PA-156, da PA-151 e da BR-422, a circulação fluvial não foi anulada, principalmente na margem esquerda do rio Tocantins, onde se localiza Cametá. (TRINDADE; TRINDADE JÚNIOR, 2012, p.38).

Hoje, entretanto, como em outras cidades na região, a expansão urbana tem seguido em direção ao interior e, portanto, novas configurações socioespaciais surgem, a ponto de se refletirem na formação de novos bairros na periferia.



O contingente populacional do município de Cametá⁶, de acordo com o último censo, é de 120.896 habitantes, sendo que a maioria desta população concentra-se na zona rural. Apresenta 10.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 28.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 15.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 69 de 144, 76 de 144 e 8 de 144, respectivamente (IBGE, 2010).

Cametá desenvolveu um padrão espacial por meio do qual os aglomerados populacionais, cidades, vilas e povoados estão situados em sua maioria à margem dos cursos fluviais e em especial, à margem do Tocantins⁷. Além da importância do rio, como elemento essencial na organização socioespacial, destaca-se em Cametá a constituição de uma reduzida presença de densidade técnica no espaço geográfico (CORDOVIL, 2009). Destaca-se também, o impacto da construção da maior hidrelétrica nacional no rio Tocantins, em Tucuruí, que constitui um marco da presença federal na região, a qual impactou fortemente os municípios da área de estudo que tiveram áreas inundadas por ocasião da formação do reservatório⁸.

O contingente populacional do município de Cametá⁹, de acordo com o último censo, é de 120.896 habitantes, sendo que a maioria desta população concentra-se na zona rural. Apresenta 10.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 28.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 15.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 69 de 144, 76 de 144 e 8 de 144, respectivamente (IBGE, 2010).

⁶ O município de Cametá possui um extenso território e é formado por diversas ilhas e sua composição territorial é dividida em dez distritos: Distrito Sede, Joana Coeli, Curuçambaba, Carapajó, Moiraba, Vila do Carmo do Tocantins, Areião, Joaba, Torres de Cupijó e Porto Grande.

⁷ O rio Tocantins é um dos elementos fundamentais para o ritmo e a organização social, pois sustenta e conduz a vidas das pessoas dessa região, cumpre um papel estruturante em todo o complexo ecológico, sendo fundamental para o funcionamento da economia e a sobrevivência da região (COSTA, 2006).

⁸ Os municípios que foram impactados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí de algum modo vêm sendo compensados pelo pagamento de *royalties* e foram reconhecidos os impactos causados pela construção da barragem nos municípios localizados a jusante do rio, na chamada região do Baixo Tocantins (CARDOSO; LIMA, 2006).

⁹ O município de Cametá possui um extenso território e é formado por diversas ilhas e sua composição territorial é dividida em dez distritos: Distrito Sede, Joana Coeli, Curuçambaba, Carapajó, Moiraba, Vila do Carmo do Tocantins, Areião, Joaba, Torres de Cupijó e Porto Grande.



Considerando esse breve histórico, podemos perceber que durante quase três séculos, Cametá se insere diretamente nas políticas territoriais e de desenvolvimento para a Amazônia, o que se verifica na formação e caracterização atual da cidade de Cametá e de sua orla fluvial. Já no século XX, e principalmente a partir de 1960, essa cidade passa a não mais ser inserida, ou pelo menos é inserida de forma indireta, em detrimento de outras cidades que apresentam maior atratividade para essas políticas.

Tabela 01: População segundo situação da unidade domiciliar

ANOS	URBANA	RURAL
1996	35.508	53.892
2000	40.417	57.207
2007	47.986	62.339

Fonte: IDESP, 2011

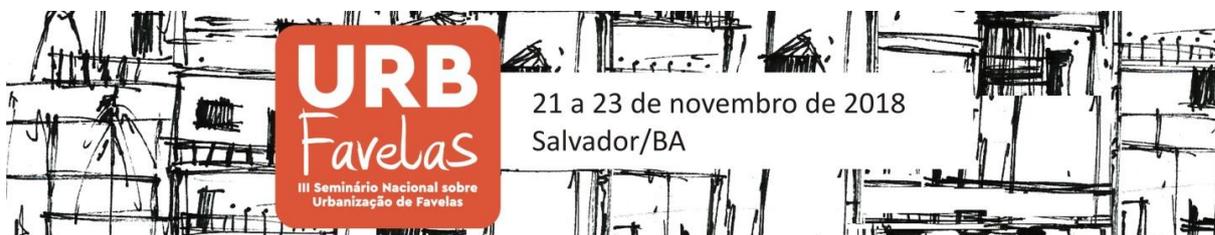
Cametá, assim como as demais cidades da região do Baixo Tocantins, caracteriza-se como um território essencialmente rural e das águas. Esse caráter eminentemente rural é evidenciado pelos dados estatísticos (Tabela 2), sinalizando para uma população rural que é superior a população urbana.

Para este estudo adotou-se a Cidade sede¹⁰ pois possui uma vasta área destinada a expansão urbana, que é constituída de bairros periféricos e ocupações irregulares ou ainda loteamentos que apresentam precária condição de moradia, infraestrutura e de serviços básicos.

Identificou-se na cidade de Cametá três áreas caracterizadas como aglomerados subnormais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a saber: **Baixa Verde, Castanhal e Nova Cametá**. Realizou-se uma caracterização inicial dos assentamentos precários identificando as condições de moradia da população a partir do levantamento dos dados produzidos nacionalmente especificamente os dados de aglomerados subnormais.

Conforme tabela 02, nos aglomerados subnormais da Baixa Verde, Castanhal e Nova Cametá, as formas de abastecimento de água se dão basicamente de três maneiras formas: Redes de Distribuição geral e Poço ou nascente na propriedade e Poço ou nascente fora da propriedade.

¹⁰ Cardoso e Lima (2006), em um esforço de caracterização espacial e urbanística de tipologias na Região do Baixo Tocantins identificaram: cidade sede de município e vila ribeirinha.



Quanto ao esgotamento sanitário (Tabela 03), já se percebe que é um problema generalizado nas áreas precárias e também na cidade de modo geral. Nos aglomerados subnormais levantados pelo IBGE a solução encontrada pelos moradores é a fossa rudimentar.

Quanto ao destino do lixo (Tabela 04), nos bairros considerou-se que a maior parte do lixo é coletado pelo serviço de limpeza, porém também há um número significativo de lixo queimado na propriedade.

Tabela 02 - Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais, por forma de abastecimento de água, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação, os municípios e os aglomerados subnormais – 2010

Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e aglomerados subnormais	Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais								
	Total	FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA							
		Rede geral de distribuição	Poço ou nascente na propriedade	Poço ou nascente fora da propriedade	Carro-pipa	Água da chuva armazenada em cisterna	Água da chuva armazenada de outra forma	Rios, açudes, lagos ou igarapés	Outra
Cametá	1 096	1 007	55	29	-	-	-	-	5
Baixa Verde	275	248	22	1	-	-	-	-	4
Castanhal Nova	397	350	19	27	-	-	-	-	1
Cametá	424	409	14	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, 2010

Tabela 03: Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais, por tipo de esgotamento sanitário, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação, os municípios e os aglomerados subnormais - 2010

Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e aglomerados subnormais	Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais							
	Total	TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
		Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro	Não tinham banheiro ou sanitário
Cametá	1 096	17	6	864	111	-	50	23 25
Baixa Verde	275	4	2	154	37	-	50	20 8
Castanhal Novo	397	12	1	314	60	-	-	3 7
Cametá	424	1	3	396	14	-	-	- 10

Fonte: IBGE, 2010



Tabela 04: Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais, por destino do lixo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação, os municípios e os aglomerados subnormais - 2010

Grandes Regiões, Unidades da Federação, municípios e aglomerados subnormais	Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais								
	Total	DESTINO DO LIXO							
		Coletado			Queimado	Enterrado	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro
		Total	Diretamente por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza					
Cametá	1 096	810	534	276	273	2	10	1	-
Baixa Verde	275	242	241	1	30	-	2	1	-
Castanhal	397	279	4	275	108	2	8	-	-
Nova Cametá	424	289	289	-	135	-	-	-	-

Fonte: IBGE, 2010

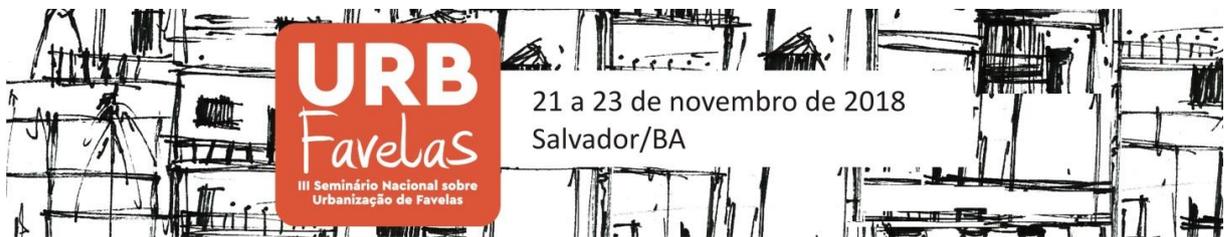
A formação de áreas periféricas na cidade cametaense tem maior expressividade a partir da década de 1960, com a formação do bairro denominado Brasília. Imigrantes do “interior” do município passaram a ocupar terras em direção à chamada estrada da vacaria, hoje conhecida como Avenida Cônego Siqueira (POMPEU, 2002).

Apenas o bairro Central dispõe de galerias pluviais construídas em 1837 e que são usadas inadequadamente para despejo de esgoto, com os resíduos caindo diretamente no Rio Tocantins, sem receber nenhum tratamento.

No bairro Central há calçamento, drenagem das vias públicas, abastecimento de água, galerias pluviais usadas inadequadamente para despejo de esgoto doméstico. Nas demais áreas, apenas o bairro de São Benedito, Brasília, Novo e Aldeia apresentaram desde os anos 80 algumas destas melhorias.

Nas demais áreas prevalecem a carência total de serviços urbanos, predominam ruas sem pavimentação e com alinhamento irregular, assim como em alguns deles. Ali há precariedade no abastecimento de água, limitado a algumas horas por dia e outros problemas. As áreas periféricas da cidade sequer dispõem de meio-fio, e de galerias pluviais.

Cametá conta com 14 bairros em sua sede municipal, dos quais quatro bairros não foram considerados precários: Aldeia, São Benedito, São João Batista e Brasília. Os outros dez foram caracterizados como precários, sendo que o IBGE em seu levantamento dos aglomerados subnormais identificou apenas três entre os dez (Castanhal, Baixa Verde e Nova



Cametá), na pesquisa de campo foram caracterizados como precários os bairros: Novo, São Pedro, Marambaia, Matinha, Cidade Nova, Jardim Primavera, Santa Maria.

Cametá é atendido por prestador de serviços de água e esgotos de abrangência local. Segundo dados do IBGE (2010), o município possui IDH de 0,489 e uma taxa de mortalidade infantil (óbitos para cada mil nascidos vivos) de 23,97%, a menor dentre os municípios limítrofes. Entretanto, existem relatos de casos de hepatite, de diarreia no começo do inverno, e até de cólera.

No município de Cametá foram observados os seguintes dados referentes a:

a) Habitação

Nas áreas consideradas precárias, predominam o uso residencial, e quanto aos materiais de construção, variam da alvenaria e a madeira, porém as residências são de baixo padrão. Observa-se também que há uma reprodução da moradia tipo palafita que predomina nas comunidades ribeirinhas nas cidades e até mesmo na área rural.

Foto 01: Casa de Madeira



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Foto 02: Madeira Aproveitada



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Foto 03: Reprodução da palafita ribeirinha na cidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

b) Esgotamento Sanitário

O município de Cametá não apresenta rede de drenagem ou esgoto sanitário. Em relação ao esgotamento sanitário pode-se afirmar que em seu destino final é lançado diretamente no rio e não existem sistemas de fossas.



Foto 04: Banheiro a céu aberto



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

c) Manejo de Resíduos Sólidos

A infraestrutura da coleta de lixo dispõe somente de um caminhão do tipo papa-lixo que não entra em áreas sem asfalto, 1 trator, 4 caçambas, 12 veículos e não possui um barco papa-lixo para coleta de lixo na região das ilhas. O destino final dos resíduos encontra-se perto de curso de igarapé, existindo uma população residente no entorno. O lixo hospitalar coletado, não recebe nenhum tratamento específico sendo incinerado na região do lixão sem nenhum cuidado adequado.

Foto 05: Lixão em Cameté

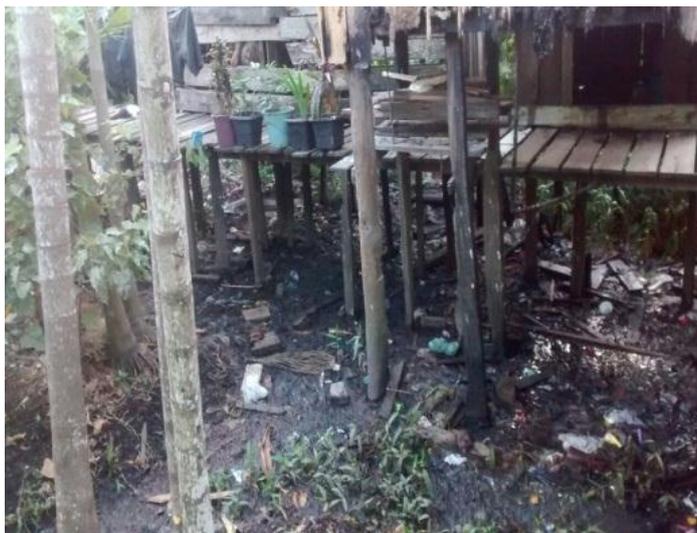


Fonte: Pesquisa de campo, 2017



A coleta de lixo nos bairros precários não é feita de forma regular, por exemplo no Bairro da Baixa Verde onde estão localizadas as ruas sob palafitas, não há coleta, os moradores precisam se deslocar para jogar o lixo ou o destino é a queima na propriedade.

Foto 06: Lixo acumulado nas áreas de palafitas



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Foto 07: Lixo queimado na propriedade



Fonte: Pesquisa de campo, 2017



d) Abastecimento de Água

A água é fornecida pelo SAAE, Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Prefeitura em parceria com a SESP, entretanto a abrangência desse serviço é limitado e ocorre somente em alguns bairros. Na maioria dos bairros da sede, a população utiliza-se da água de poço a céu aberto. O problema é que a distribuição é feita em tubulações sem manutenção, ocorrendo assim a contaminação da mesma na rede. Se os moradores consumissem diretamente da caixa sem passar por essa tubulação, provavelmente a qualidade da água seria melhor. Observa-se que a distribuição de água pela SAAE é feita em quase a totalidade dos bairros menos no bairro da Primavera, que já dispõe de sistema de abastecimento de água pelo Projeto Alvorada.

e) Pavimentação

As ruas nos bairros considerados precários em sua maioria não possuem pavimentação, e quando possuem não dispõem de um asfalto de qualidade. No Bairro da Baixa Verde, onde se encontra uma boa parte das moradias sobre palafitas, a situação das pontes, que exercem o papel das ruas é extremamente precária, o material construtivo é aproveitado e não há qualquer tipo de manutenção por parte do poder público (Foto 8).

Foto 08: Ruas palafitadas na Baixa Verde



Fonte: Pesquisa de campo, 2017



Foto 09: Vias sem pavimentação



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

f) Risco Ambiental

Algumas áreas da cidade são formadas por terrenos alagados ou alagáveis, cujos serviços de infraestrutura, tais quais, energia, água potável, serviços de saneamento básico, são totalmente precários. Nesse sentido, o alagamento constitui-se uma situação recorrente nos períodos chuvosos.

FOTO 10: Rua alagada



Fonte: Prefeitura municipal de Cametá

Cametá é, em seu núcleo primitivo uma cidade linear, mas nas áreas periféricas o aproveitamento das áreas particulares, a maioria loteada clandestinamente, não apresentaram



características urbanísticas satisfatórias. Observa-se que Cametá vive uma intensa urbanização, ou seja, o crescimento urbano da cidade tem sido muito maior que o crescimento do próprio município.

Mantidas estas tendências que começaram a aparecer no Censo Demográfico de 1970, a população da cidade superará já no ano de 2030 a população rural, isso considerando só o crescimento geométrico da população. Sabe-se que a população urbana necessita de muito mais infraestrutura que a população rural. Se alguma ação governamental for tomada antes disso o município poderá apresentar um crescimento ainda mais acelerado, (CAMETÁ, 2015).

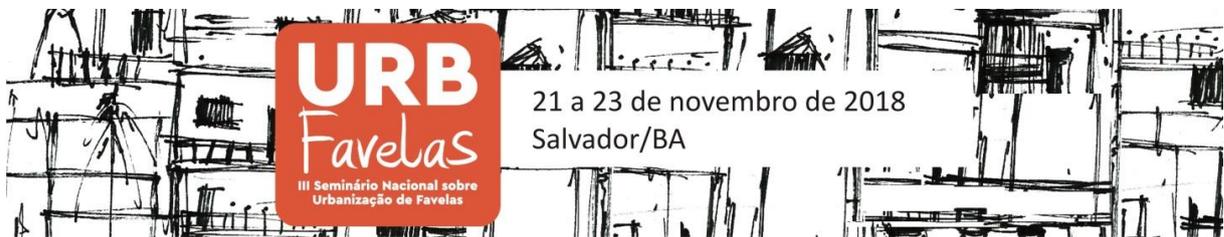
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre as condições específicas do território de Cametá, ressaltam-se os seguintes aspectos: a presença da natureza, com importância econômica e cultural; ordenamento territorial de arranjo dendrítico; a condição de jusante, que define um histórico precursor no povoamento da região; o “modelo de urbanização tradicional” com formas urbanas e aspectos ribeirinhos; população com vínculos culturais ao modo de vida local; a coesão político-territorial e a fraca perspectiva de fragmentação do território. (TRINDADE; TRINDADE JUNIOR, 2012).

A cidade guarda características ribeirinhas específicas da Amazônia, que resiste, mesmo diante das transformações ocorridas na região nas últimas décadas.

Considerando a cidade escolhida para área de investigação da pesquisa e no que diz respeito à região do Baixo Tocantins, destaca-se que Cametá é marcada pelo padrão socioeconômico próprio da periferia capitalista, que se traduz nos processos de desenvolvimento dos territórios. Esta característica expressa à inserção subordinada da região amazônica na divisão nacional e internacional do trabalho.

Quando nos reportamos para a definição de habitação precária existem inúmeras discussões empíricas. Nos dicionários, na definição de “precariedade” encontrada há referência à qualidade do que é precário; e “precário”, do ponto de vista técnico, é o que tem pouca estabilidade ou duração. Tratando-se das habitações precárias na região amazônica, e especificamente nas cidades ribeirinhas, percebe-se que culturalmente essas habitações foram



construídas com materiais encontrados em abundância no Estado, como a madeira e a palha. Os domicílios precários são domicílios particulares permanentes (casas e apartamentos) que não são construídos por alvenaria ou madeira emparelhada, apresentado como principais materiais de construção a taipa não revestida, a madeira aproveitada, a palha ou outro material. Desta forma as habitações são tidas como precárias quando os domicílios são improvisados ou precários, (PARÁ, 2014).

Importa afirmar, que a política habitacional para essas cidades amazônicas deve ser pensada e criada de modo articulado com outras políticas, principalmente com a do meio ambiente, as quais devem levar em consideração a disponibilidade do solo para habitação em áreas alagáveis, de modo a considerar a construção de moradias adequadas a essa realidade.

Sabe-se que a precariedade dos serviços de infraestrutura, tais como: abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo impactam sobremaneira nas condições de saúde da população, portanto, torna-se urgente avaliar o impacto dos dados acima referidos na incidência de doenças, o que pressiona os serviços de saúde das cidades.

O modelo de desenvolvimento imposto na região amazônica só aumentou a concentração de renda e o processo de urbanização das cidades devido à migração de certos segmentos populacionais do interior, como é o caso do Estado do Pará. A população residente nesta região encontra-se impossibilitada de ingressar no mercado de trabalho por razões históricas e estruturais e acabam construindo estratégias de inserção ao trabalho, como exemplo, o trabalho associativista em cooperativas, associações e grupos de produção, trabalho informal, trabalho doméstico, trabalho extrativista, dentre outros (GOMES, 2012).

Quando a análise se volta para a política urbana e habitacional no Estado do Pará, a situação é preocupante e os desafios são inúmeros. A maioria dos municípios não têm uma boa experiência com o planejamento e a execução desta política, pois seus instrumentos de gestão sempre estiveram sintonizados com a lógica do Estado Capitalista que investiu e ainda investe, em infraestrutura e serviços essenciais ao processo de acumulação.

REFERÊNCIAS

CORDOVIL, José Carlos da Silva. **A Amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento do turismo no município de Cametá-PA.** Dissertação (Mestrado em



Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará Belém, 2009.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. Tipologias e Padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte Cardoso. **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares em perspectivas. Belém: Ed.UFPA, 2006.

CAMETÁ, Prefeitura Municipal De. **Diagnóstico Habitacional do Município de Cametá**. Cametá, 2015.

COSTA, Solange Gayoso. **Desenvolvimento rural sustentável com no paradigma da agroecologia**. Belém: Naea/UFPA, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GOMES, Vera Lúcia Batista. Trabalho e desenvolvimento na Amazônia: notas para a reflexão do estado do Pará. In: Gomes, Vera Lúcia Batista et al. **O avesso dos direitos**: Amazônia e Nordeste em questão. Recife: Editora universitária UFPE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/default_aglomerados_subnormais.shtm. Acesso em: 07 jul. 2017.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Estatística Municipal de Cametá/PA**. 2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Estatística Municipal de Oeiras do Pará**. 2014.

PARÁ. **Síntese de Atualização do PEHIS/PA**. Belém, 2014.

POMPEU, D. **Evolução territorial e urbana do município de Cametá** – Estado do Pará. Cametá: Coleção novo tempo cabano, 2002.

TRINDADE, Gesiane Oliveira; TRINDADE JR, Saint- Clair. A ver navios, barcos e canoas...vivências urbanas e relação cidade-Rio na Amazônia Ribeirinha. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n.1, p. 3554, jan./jun. 2012.